

O presente artigo trata do desenvolvimento de planos de conservação para jardins históricos, modelos de intervenção que surgiram em conjunto com a própria formalização do conceito de jardim histórico como modelo de patrimônio de características singulares. Essa formalização foi feita através de encontros de comitês europeus especializados para a discussão do tema e, de modo isolado, dentro do meio acadêmico britânico acerca de seu patrimônio. Esses encontros geraram um documento balizador da conduta frente aos jardins históricos, a Carta de Florença, que serviu de modelo para a atuação europeia, depois divulgada e corroborada internacionalmente. Outras abordagens frente aos jardins históricos foram tomadas no Reino Unido, considerando o jardim histórico como processo em constante evolução e desenvolvimento, e não somente como um documento. O exemplo britânico possui características singulares, no que diz respeito ao planejamento a longo prazo da manutenção de um jardim histórico. É através dessa vertente que se apresentam dois estudos de caso, onde os *conservation management plans* são documentos de importância capital para a preservação do jardim, e norteiam a intervenção no bem tombado. A partir dessa análise, estudam-se a contextualização e a contribuição dessas práticas no projeto de Revitalização e Restauração do Jardim da Casa de Rui Barbosa, que se encontra atualmente em desenvolvimento na FCRB e que será um dos pioneiros no Brasil no que se refere a obras de conservação em jardins históricos.

Planos de conservação, Conservação programada (CMP), Wrest Park. Kew Gardens.

This paper deals with the development of conservation plans for historic gardens, intervention models that have emerged in conjunction with the very formalization of the concept of historic garden as a specific kind of heritage. This formalization was made through specialized European committees meetings for discussion of the topic and, set aside, within the British academics about their own concept of heritage. These meetings generated a guidance document related to the work with historic gardens, the Florence Charter, which served as a model for European action and later was spread and supported internationally. However, other approaches against historic gardens have been taken in the UK, considering the historic garden as a constantly evolving process and development, not only as an historic document. Within this approach, the British example has unique characteristics, especially in what concerns to planning a long-term upkeep plan for a historic garden. It is through this aspect that is presented in this paper two case studies, where conservation management plans are of special importance for the preservation and intervention in historic gardens. From this analysis, it is studied the context and contribution of these practices in the project of Revitalization and Restoration of the Garden of the Casa de Rui Barbosa, who is currently in development at FCRB and will be one of the pioneers in Brazil related to conservation works in historical gardens.

Conservation plans, conservation management Plan, Wrest Park/ Kew Gardens

CONSERVAÇÃO PROGRAMADA DE JARDINS HISTÓRICOS EXPERIÊNCIAS INGLESAS *VERSUS* PERSPECTIVAS BRASILEIRAS

Marcia Furriel Ramos Gálvez | Claudia Suely Rodrigues Carvalho

O jardim histórico, reflexo da cultura e da história de um povo, é uma das mais belas formas de acercar-se do patrimônio vivo de nosso passado e de nossa consciência humana. Foi caracterizado pela Carta de Florença, escrita e chancelada pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos/ICOMOS-IFLA em 15 de dezembro de 1982, como um adendo à Carta de Veneza no que se refere à conservação e à restauração deste campo específico.

A Carta de Florença foi o documento elaborado pelo Comitê para parametrizar a proteção dos jardins históricos. Entretanto, este problema já era alvo de atenção dos pesquisadores e acadêmicos nos anos 1970, desde o colóquio de Fontainebleau (1971), organizado pelo mesmo Comitê do ICOMOS-IFLA. Nele, foram inicialmente listados os jardins históricos de valor reconhecidamente internacional e discutidas as práticas comuns e os meios de proteção, conservação, restauração e manutenção que deveriam ser adotados para essa primeira lista. Na definição, forjada nesse primeiro encontro, *um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, desde o ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público.*

Assim como em Fontainebleau, diversos outros colóquios foram realizados na Europa para discutir as possibilidades de intervenção em jardins históricos e os elementos classificatórios que definiriam este grupo. Propostas de intervenções foram feitas para diversos jardins históricos europeus, levando sempre em consideração seus “atestados” de valor, sejam eles artísticos e/ou históricos.

Dentro da Carta de Florença, alguns artigos se referem especificamente ao processo de preservação dos jardins históricos:

Artigo 9- A proteção dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas, que são a manutenção, a conservação, a restauração. Pode-se, eventualmente, recomendar a reconstituição. A “autenticidade” diz respeito tanto ao desenho de um jardim histórico e ao volume de partes quanto ao seu décor ou à escolha de vegetais ou de minerais que o constituem.

Artigo 11- A manutenção dos jardins históricos é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal seu material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado.

Artigo 16 – A intervenção de restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência.

A atuação dos arquitetos paisagistas foi pautada a partir deste documento, no que se referiu às intervenções em jardins históricos. Os encontros posteriores apresentaram em seus colóquios trabalhos que discutiam as metodologias de preservação, sendo através de estudos teóricos ou de aplicações práticas. No texto de Carmen Añón, *El Jardín Histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación*, a autora apresenta um esquema de orientação à restauração de jardins. Quatro ideias fundamentais em toda restauração de jardim histórico:

- a) Ser fiel à origem do jardim;
- b) Respeitar o tempo (como um dos elementos criadores do jardim);

- c) Valorizar os aportes e mudanças ocorridos em diferentes épocas, mesmo a presente e;
- d) Evitar dissonâncias.

Nesse entendimento, que está de acordo com todo o pensamento construído nos colóquios do IFLA e que ainda permanecem como estruturadores da construção de projetos de conservação de jardins históricos (inclusive no Brasil, com a *Carta de Juiz de Fora*), o jardim é sobretudo um DOCUMENTO histórico, que compreende todo o seu processo de formação, e deve ser valorizado como tal. Novamente nas palavras de Añón, *a função de um jardim histórico deve ser testemunhar o desenrolar da história, numa continuidade viva e ininterrupta, assim como mostrar sua beleza intrínseca, para desfrute espiritual.*

Desta maneira, Añón lista em seguida um esquema que orienta o desenvolvimento de projetos de conservação/preservação/restauração de jardins históricos, a saber:

Quatro fases para o desenvolvimento de um projeto: a) Fase de análise e documentação (pesquisa); b) Critérios (linhas gerais do projeto); c) Projeto (definição de trabalho e fases de trabalho – pressupostos parciais e totais); e d) Ações complementares (políticas de manutenção).

O que se pode perceber neste esquema de trabalho é que as duas primeiras fases, de pesquisa e formulação de critérios, têm um peso mais importante que a construção do projeto em si, que é a representação das ações a serem tomadas a curto prazo para o objeto (jardim), assim como a última fase, de ações complementares, que defendem as ações a longo prazo (de manutenção do projeto).

Dentro desse pensamento, que representa a maioria das ações encontradas na Europa e algumas no Brasil, o jardim, entendido como documento histórico, é um complexo de informações definidas por um tempo histórico e deve ser tratado de maneira conservativa, tanto quanto pode ser permitido. Entretanto, a atuação britânica em relação a esse específico tipo de patrimônio manteve-se à parte, foi guiada por princípios similares mas que originaram ações diversas, no que diz respeito ao peso dado ao projeto e às suas repercussões de longo prazo (na manutenção).

O EXEMPLO BRITÂNICO

A atuação britânica, e em especial a inglesa, é guiada pelas definições elaboradas pelo English Heritage, o órgão do patrimônio inglês, que manteve desde sua criação uma atenção especial a seus jardins históricos, entendendo-os como elementos de valor singular dentro da história e arte britânicas. Diferentemente das formas adotadas em outros países europeus, como, por exemplo, a França, estes órgãos do patrimônio possuem gestão própria e independente do Estado, que por outro lado os mantém com

fundos provenientes do Ministério da Cultura e do *Heritage Lottery Fund*, que vem a ser a parte dedicada à salvaguarda do patrimônio do dinheiro faturado pelas loterias britânicas. Com isso, o modelo britânico permite uma maleabilidade de projetos que não ocorre facilmente em outros países e permite também o abarcamento de um maior número de bens protegidos, já que a gestão dos fundos para proteção de todos é feita pelo próprio órgão. Com as guerras mundiais do século XX, muitas propriedades privadas passaram a fazer parte do *English Heritage*, e, na contrapartida, tornaram-se abertas à visita pública.

Por outro lado, até o século XIX, os jardins britânicos eram muitas vezes restaurados em “estilos” do passado, isto é, em recriações livres de pesquisas teóricas aprofundadas que muitas vezes acabavam em livres interpretações. Esse processo historicista, tanto para jardins como para os bens edificados, foi duramente criticado por William Morris (1834-1896), que se insurgiu contra o “restauro destrutivo” num célebre artigo, o “Manifesto”, publicado em 1877. Entretanto, somente no século XX, com o advento da disciplina da arqueologia, é que a base de estudos para definição de um correto entendimento histórico dos jardins pôde fazer com que as restaurações se aprofundassem em seus embasamentos teóricos.

As primeiras grandes restaurações de jardins ingleses coincidem com o surgimento da Garden History Society, fundada em 1965. Porém, o grande estímulo à produção de material científico embasado por pesquisas relacionadas aos jardins históricos ocorreu no final da década de 1980, quando o *English Heritage* criou sistemas de fundos econômicos destinados à reconstrução de jardins afetados pelas grandes enchentes da época. A condição para o uso desses fundos era uma rígida pesquisa prévia e a produção dos *management plans*, ou planos de manutenção, que foram pela primeira vez produzidos objetivamente para jardins. Essa atitude estimulou este campo da preservação a tal ponto que criou um expertise específico da área, o desenvolvimento dos planos de conservação programada, que se tornaram a prática comum na Inglaterra e que diferem dos esquemas de projetos para conservação como vistos anteriormente.

A vertente britânica entende o jardim histórico como um PROCESSO, mais do que como um documento. Seu valor histórico é o resultado de superposições de jardins de diversas influências estéticas e históricas ao longo do tempo (mesmo que atestadas possíveis remodelações de “livre interpretação”). Mas, como processo, seu “dever” com o bem histórico é continuar oferecendo aos seus usuários essa percepção, isto é, continuar desenvolvendo esse processo num contínuo. Para tal, mais do que o projeto de ações imediatas, é necessário haver um projeto de longo prazo que contemple as alterações consequentes do

fato de o jardim ser um elemento dinâmico (com plantas que nascem e morrem) assim como as percepções e usos que são feitos do objeto em si. O desenvolvimento de projetos de conservação de jardins históricos segue, portanto, diretrizes díspares. Se, por um lado, necessita de uma pesquisa formal e rígida acerca de seu passado, desde influências estilísticas até referências sociais, por outro, solicita o estabelecimento de um pensamento de longo prazo acerca de seu futuro, para que as interferências feitas no ato da “obra” possam se desenvolver ao longo do tempo, assim como é o processo de um jardim.

VISÕES DISTINTAS DA CONSERVAÇÃO

Apesar de alinhadas pela defesa do patrimônio, podem-se distinguir linhas de pensamento e atuações diferentes no que se refere à conservação dos jardins históricos por toda a Europa e especificamente pelo Reino Unido. A prática europeia, de maneira geral (e que foi adotada no Brasil), destaca a maior parte de seu esforço em caracterizar teoricamente (ou historicamente) o jardim como DOCUMENTO histórico. A prática britânica (especialmente a inglesa) compreende o jardim mais como um PROCESSO histórico.

Entender o jardim como um documento histórico é valorizar sua construção através de uma estratificação de épocas, e conceber o bem como um conjunto de informações, provenientes do passado, que devem, por várias razões, serem preservadas. Existe um elo com o passado, com componentes espirituais, que deve ser mantido como “legado”. Nas palavras de Carmen Añón:

O jardim constitui um documento único, limitado e perecível, irrepetível, com um processo próprio de desenvolvimento, uma história particular (nascimento, evolução, mutações, degradação etc.) que refletem a sociedade e a cultura que o criaram e que o vivenciaram e uma das melhores maneiras de compreender essa cultura é vivendo em meio de suas obras, não em contemplação passiva, mas senão de maneira ativa, independente das mesmas obras, usufruindo de sua presença e da ironia ambígua com que denunciam aos visitantes os fantasmas de seu criador.

O jardim como documento oferece, através de estudo metuculoso e profundo, as bases para qualquer ação e projeto que se leve a cabo. Ainda nas palavras de Añón, *a metodologia e o rigor são o firme suporte da sensibilidade que deve harmonizar todo o processo de restauração de um jardim histórico*. Entretanto, essa metodologia está mais relacionada com os dados levantados em pesquisa histórica do que com os que se referem a usos atuais e, principalmente, a novos potenciais usos. A filosofia principal é a conservação máxima possível, adaptada ao momento atual. As ações complementares, como visto, sugerem ações de longo prazo mas não são necessariamente projetadas em conjunto com as ações imediatas e nem relacionadas diretamente com os resultados das pesquisas históricas. Esse método designa valores de pesos diferentes

ao passado e ao “futuro” do jardim histórico, e potencialmente perde a oportunidade de conferir a este um projeto de revitalização real, que inclui projetos ainda a acontecer para o jardim (novas operações).

Na visão inglesa, o jardim é visto como um processo histórico, isto é, o encontramos “no meio do caminho” de um movimento incessante de nascimento, desenvolvimento e morte, e é preciso olhar igualmente para trás e para a frente a fim de balizar as ações que serão tomadas para a manutenção deste processo. Em seu texto, *Filosofia e Prática de Preservação de Jardins*, John Sales afirma que *with gardens, design, development and upkeep are all indissolubly linked and part of the same process*.

Certamente a questão econômica e de gerenciamento de fundos influenciou na diferenciação das práticas inglesas em relação à preservação dos jardins históricos. Para que os fundos destinados à preservação de bens sejam utilizados, é obrigatório que se produza um conservation management plan, que pode ou não incluir um projeto de restauração do bem. Este é o documento mestre que viabilizará a aquisição de dinheiro para o projeto e que definirá, entre outros pontos, porque o bem deve ser preservado (e mantido a longo prazo). O surgimento dos management plans ocorreu na década de 1970, na Inglaterra. O primeiro exemplo, o plano de conservação do jardim de *Stourhead*, em *Wiltshire*, publicado em 1978 e produzido pelo *The National Trust*, contempla 100 anos de manutenção do jardim, e acabou servindo de modelo para planos subsequentes de restauração e revitalização.

O objetivo final de um plano de conservação programada é apresentar e implementar as ações que deverão ser tomadas ao longo de um determinado período de tempo (geralmente entre 30 e 100 anos) para que possa garantir, no caso de um jardim histórico:

- 1) A manutenção da significância do jardim;
- 2) A identificação dos usos apropriados para o jardim;
- 3) As ações prioritárias de reparo e conservação;
- 4) O uso pertinente dos recursos financeiros envolvidos (planejamento orçamentário);
- 5) O aumento da valorização do bem e; 6) Políticas para aumento de usos e futuras intervenções, aumento de visitação e aumento de serviços prestados pelo jardim à comunidade (planejamento estratégico).

A abordagem multidisciplinar é fundamental na confecção dos planos de conservação programada, e deve ser prática comum a qualquer projeto que envolva a preservação do patrimônio. Esta é denominador comum nas práticas tanto europeias quanto britânicas (em especial), e faz com que seja possível o vislumbre

de uma prática “mesclada”, a fim de contemplar com maior abrangência todos os processos necessários para a preservação de jardins históricos.

No início do século XXI, a Unesco adotou as diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008), que dizem: *cada propriedade nomeada deve ter um plano de gestão adequado ou outro sistema de gestão, que deve especificar como o bem tombado pelo Patrimônio Mundial deve ser conservado, de preferência através de meios participativos. A finalidade de tal sistema de gestão é assegurar a proteção efetiva do bem para o presente e as futuras gerações.*

Como exemplos de casos já consagrados de aplicação de planos e de conservação programada, apresentaremos dois casos ingleses de grande porte: o projeto para o *Wrest Park* e para o *Kew Gardens*. O conjunto de *Wrest Park* abrange quase 365 mil m² de jardins históricos e uma mansão em estilo francês com construção iniciada no século XIV. Localizada em Bedfordshire, na Inglaterra, foi, durante seis séculos, propriedade da família De Grey, e teve seus jardins projetados em sua maioria no século XVII e início do século XVIII. Já no século XVIII, alguns setores foram reformados por Lancelot “Capability” Brown, paisagista inglês consagrado com diversos projetos ainda existentes no Reino Unido. É classificado como *Grade 1 Registered Park*, uma espécie de ranking que avalia o grau de importância dos parques e jardins tombados pelo English Heritage, órgão do patrimônio britânico. Essa classificação permite designar o tamanho do aporte de financiamento para cada bem tombado, dentro das verbas destinadas para o patrimônio, assim como exige maior rigidez e aprofundamento nas pesquisas que fundamentem o seu valor como bem.

Em 2006, o jardim foi doado ao Estado e tornou-se público, sendo aberto para visitaç o e designado com um management plan (plano de conserva o programada) de 20 anos iniciado por um Projeto de Revitaliza o. O plano foi financiado pelo *Heritage Lottery Fund*, The John Paul Getty Jr. Charitable Trust e pelo *English Heritage*, custou 1,14 milh o de libras e teve in cio em 2010.

O plano de conserva o programada foi dividido em tr s fases, sendo que a primeira incluiu a restaura o dos principais jardins e o plano estrat gico para a visita o. Os jardins foram priorizados de acordo com seu valor hist rico e com sua viabilidade de usos (proximidade do circuito de visita o). As outras duas fases incluem a restaura o de jardins maiores (e de crescimento mais lento, com  rvores de grande porte) e a manuten o completa do conjunto.

Em 2011, novas instala es foram abertas aos usu rios (proporcionando novos usos aos jardins) e a restaura o do roseiral e do jardim italiano foi completa. Em 2012, o jardim franc s foi restaurado. Todos os jardins encontravam-se simplificados em sua forma, uma vez que a *expertise* da manuten o se perdeu

ao longo dos séculos. São jardins que representam cada um uma determinada época, e por isso configuram um exemplo único de “quadro cronológico” das tendências paisagísticas na Inglaterra. Sua completa recuperação se deu graças à farta documentação existente de seus traços originais (guardados pela família) e, no caso do roseiral (que data do início do século XX), por documentação fotográfica encontrada em bibliografia especializada da época (revista *Country Homes*).

Entretanto, a principal contribuição do plano do *Wrest Park* não se encontra na confecção do plano de conservação programada, mas na inserção de novas atividades dentro dele, especialmente as que envolvem o público visitante. Em especial, há o projeto de capacitação de voluntários, que inclui a participação do público não somente como visitantes e usuários de um espaço público que também é bem tombado, mas sim como personagens ativos na boa condução do plano de conservação programada.

Através dos fundos adquiridos, o conjunto de *Wrest Park* desenvolveu um tipo de “escola” de jardinagem, que formou tanto jardineiros, para atuarem diretamente nos jardins, como aproximadamente 40 jardineiros voluntários, pessoas da comunidade que desejaram se envolver diretamente com o trabalho da manutenção. Esse projeto, além de capacitar mão de obra fundamental para o plano de conservação programada, envolve a comunidade com o patrimônio, valorizando o jardim histórico. A preocupação com a formação de mão de obra é característica peculiar dos planos de conservação programada britânicos.

ROYAL BOTANIC GARDENS, KEW

Os jardins de Kew Gardens incluem trabalhos de renomados arquitetos paisagistas ingleses, como Bridgeman, Kent, Chambers, Lancelot “Capability” Brown e Nesfield, que representam períodos significativos no desenho de jardins entre os séculos XVIII e XX. Sua criação data de 1759, e desde então é usado como centro de referência em botânica, tanto na Inglaterra como em todo o mundo. Seus desenhos foram exportados como padrões de jardim inglês por toda a Europa, assim como os projetos de horticultura e classificação botânica. Possui área total de 132 hectares. Atualmente, é considerado uma das mais modernas instituições de conservação ecológica.

O complexo inclui 44 edifícios tombados, que refletem expressões estilísticas de vários períodos, e mantém em grande parte as características de autenticidade em seus usos, materiais e funções. No caso dos jardins, as influências dos quatro séculos de intervenções não permitem que se haja características originais em nenhum deles, mas sim uma trama de influências que acabou por definir o paisagismo dos *Kew Gardens*. Para a manutenção deste equilíbrio encontrado nos desenhos paisagísticos é fundamental a criação de um *landscape management plan*, que possa orientar as possíveis e necessárias futuras

intervenções. O conjunto dos jardins é registrado como GRADE 1 no *Heritage Register of Park and Gardens of Special Historic Interest in England*, assim como faz parte da lista de bens tombados pela Unesco, a World Heritage List, incluído em 2003.

A propriedade pública possui um *World Heritage Site Management Plan* (condição sine qua non para sua aceitação na listagem), que está diretamente relacionado ao um *Landscape Master Plan* (desenvolvido em 2010) e um *Property Conservation Plan*. Este último contempla um período de três décadas para o desenvolvimento do jardim, e foi desenvolvido por equipe multidisciplinar, também condição fundamental para a sua aceitação e inclusão no English Heritage.

O objetivo principal do *World Heritage Site Management Plan* é oferecer um modelo de gerenciamento do bem tombado mundial, a fim de garantir sua conservação e uso sustentável contínuo, o contínuo gerenciamento dos seus valores patrimoniais e o reconhecimento de oportunidades para melhoramentos a médio e longo prazos. Possui cinco grandes objetivos, que são:

- 1) Gerenciar o patrimônio histórico de modo a preservá-lo e adaptá-lo a novos usos.;
- 2) Facilitar a leitura dos jardins históricos através de sua correta identificação, visualização e interpretação, para fins de pesquisa e também para a comunicação da importância da diversidade vegetal;
- 3) Interpretar os jardins históricos como processos únicos em constante mutação, dentro de sua taxonomia específica, incluindo aí a constante revisão dos projetos paisagísticos e o agrupamento de divergentes visões acerca do mesmo;
- 4) Delinear uma abordagem sustentável para futura gestão do jardim histórico, visando equilibrar valores e necessidades, tais como patrimônio e pesquisa, experiências dos visitantes, conservação e educação ambiental; e
- 5) Identificar um programa faseado de ações que seja viável e flexível, criando cronogramas de atuação ao longo do tempo.

O Plano de Conservação Programada abrange uma coleção de projetos concebidos, desenvolvidos e implementados de um jardim histórico. Sua importância reside na integração desses projetos e em seu desenvolvimento contínuo considerando questões como sustentabilidade, acessibilidade, gerenciamento de público visitante etc. É um documento OPERACIONAL, que pode ser usado como de discussões sobre o jardim, desde questões botânicas até novos aportes de investimentos (com a identificação de áreas de maior

ou menor prioridade de atuação). Entretanto, seu maior uso será como um quadro amplo de estratégias a serem utilizadas e levadas a cabo para a conservação de um jardim histórico. A evolução da coleção vegetal e a proteção da estrutura espacial dos jardins demandam um longo tempo de atenção.

Conjuntamente ao plano de conservação programada está um plano de ações, que deve ser revisto regularmente de acordo com as implementações de fato obtidas ao longo do tempo. O plano de ações é uma compilação de ações que se referem a diversos projetos, mas que deverão ser implementadas em concomitância. No exemplo do *Kew Gardens*, os projetos de ação imediata englobaram a restauração das construções históricas relacionadas aos jardins (*Temperate House*, *Palm House* e Pagoda), que influenciariam diretamente na criação de novos usos (restaurante e centro de visitação) e suas partes mais descaracterizadas, que necessitavam de rápida re-caracterização e contextualização histórica.

Toda conservação de bem de uso público está preocupada com a efetiva gestão da mudança, isto é, com o sucesso da adaptação do patrimônio às necessidades da sociedade atual. Isto é especialmente relevante para o Kew Gardens, como um dos proeminentes jardins botânicos do mundo, com missão abrangente em relação à conservação da biodiversidade vegetal. A gestão eficaz de um patrimônio tombado inclui, portanto, a preocupação com a identificação e promoção de mudança que irá respeitar, conservar e melhorar o sítio e com a prevenção, modificação ou mitigação das mudanças que possam danificá-los. Também é necessário o desenvolvimento de políticas para o uso sustentável do local para o benefício da população local e da economia.

Ideias para um modelo de plano de conservação programada aplicado ao jardim da FCRB – Projeto de Revitalização e Restauração do Jardim da Casa de Rui Barbosa. O projeto de Revitalização e Restauração do Jardim da Casa de Rui Barbosa foi desenvolvido entre 2012 e 2013, após extenso trabalho de sistematização e consolidação de um conjunto de critérios e princípios que embasaram seu termo de referência, inédito no país no que se referiu a trabalhos em jardins históricos.

Seu aspecto mais marcante é o caráter de jardim doméstico, privado e domiciliar, testemunho de uma concepção paisagística de referência europeia, anterior às transformações do paisagismo brasileiro a partir da década de 1930. Atualmente, aberto ao público, tornou-se um espaço de paz e de “fuga” para os moradores das redondezas, uma vez que o bairro de Botafogo não contempla áreas verdes de bons usos.

É de interesse público que estes aspectos sejam preservados e valorizados no projeto de restauração e revitalização do jardim, e para isso uma extensa pesquisa iconográfica e documental foi feita, a fim de resgatar métodos de jardinagem, referências de jardins domésticos e de plantas comumente

utilizadas da época. A metodologia que vimos, aplicada aos jardins analisados e construída pelo *English Heritage*, órgão do patrimônio inglês, lista os seguintes passos:

- a) Descrição do objeto, avaliação de seu valor histórico e caráter; sua atual manutenção/estado; projetos e planos para o sítio; avaliação de intervenções passadas;
- b) Identificação de possíveis questões que afetem a proteção do objeto e de indicadores de monitoramento para seu bom funcionamento;
- c) A Visão: objetivos a longo prazo (30 anos) e práticas de curto e médio prazo (5 e 10 anos), visando à manutenção/ à conservação programada;
- d) Um plano de ações detalhado (por períodos de tempo).

Dentro dos passos compreendidos para um plano de gestão de jardim histórico, toda a primeira fase, que contempla descrição, identificação, avaliação e proposta de ações foi feita, mas ainda pode-se pensar, baseado no artigo apresentado, num plano de gestão a longo prazo, ou num plano de conservação programada, que considera um tempo mínimo de três décadas para o acompanhamento do processo de desenvolvimento do jardim.

O plano a longo prazo é também um plano de ações, que deve fundamentalmente ser montado por equipe multidisciplinar e deve considerar, além de todos os aspectos históricos e técnicos já levantados quando da feitura do projeto de restauração, as condições de uso no tempo, as instalações dedicadas aos visitantes e os potenciais novos usos a serem desenvolvidos, sempre tendo em vista a relação patrimônio histórico versus bem público. É interessante pensar, baseado nos estudos de caso, na participação do público na própria manutenção do jardim. É sabido que o ofício da jardinagem é a principal habilidade requerida nessa manutenção, e, no caso do Brasil, é profissão pouco desenvolvida e antiga, e por isso desvalorizada. Pensar numa formação prática dentro das ações da FCRB pode ser um bom “investimento” futuro, e pode inclusive abrir mais opções de interação e interesse do público se pensarmos numa oficina aberta a voluntários e/ou aprendizes, que se envolvam com o jardim de forma mais particular e intensa, sempre sob uma coordenação (ou gestão) oficial.

O plano de ações e o plano de conservação programada para o jardim histórico da FCRB representam uma nova proposição, que vem a complementar os trabalhos desenvolvidos e já em andamento. Sua produção depende de um estudo mais aprofundado da metodologia de atuação a longo prazo e do auxílio de estudos de casos de sucesso, sempre levando em consideração a eficácia de equipes multidisciplinares

para a tarefa. Esta deve ter o corpo técnico alinhado com um corpo jurídico e administrativo, a fim de englobar as ações físicas e as relacionadas ao uso do bem tombado. Um modelo novo a ser pensado e acrescentado aos trabalhos e certamente um acréscimo de valor ao projeto de revitalização e restauração dos jardins brasileiros.

REFERÊNCIAS

- AÑÓN, Carmen. El Jardín Histórico: notas para una metodología previa al proyecto de recuperación. In: *ICOMOS – Journal Scientifique – Jardins et Sites Historiques*. Espanha: Doce Calles, 1993.
- CARVALHO, José Maria da Cunha Rego Lobo de. *Conservação do Patrimônio: Políticas de Sustentabilidade Económica* (tese de doutorado). Lisboa: [s.n.], 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Patrimônio IPHAN/Ministério da Cultura, 2000.
- DELPHIM, Carlos Fernando M. *Manual de intervenção em jardins históricos*. IPHAN, 2005.
- ENGLISH HERITAGE website. Disponível: www.english-heritage.org.uk. Acesso: 10.jun.2014.
- GROSS.MAX LANDSCAPE ARCHITECTS. Royal Botanic Gardens. Kew: Landscape Master Plan – november 2010. Disponível: www.kew.org/ucm/groups/public/documents/document/kppcont_051479.pdf. Acesso: 09.jun.2014.
- GROSS.MAX LANDSCAPE ARCHITECTS. Royal Botanic Gardens, Kew: World Heritage Site Management Plan – 2011. Disponível: http://www.kew.org/ucm/groups/public/documents/document/kppcont_030310.pdf. Acesso: 11.jun.2014.
- HARNEY, Marion (org.). *Gardens & landscapes in historic building conservation*. Chichester: John Wiley & Sons, 2014.
- HERITAGE LOTTERY FUND. *Conservation Plans for Historic Places*. London: [s.n.], 1998.
- LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. In: *Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa*, ano 1, nº1 (2007). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Disponível: http://casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_Sumario.pdf. Acesso em: 18.jul.2014.
- PECHÈRE, René. Les Jardins Historiques, Leur Restauration, Leur Interet Pour Les Jardins Contemporains (Historic Gardens, Their Restoration, and Their Value for Our Contemporaries). In: *Bulletin of the Association for Preservation Technology*, v. 15, no. 4, p. 15-21. Londres: APT, 1983. Disponível: www.jstor.org/stable/1493931. Acesso: 06.jun.2014.
- SALES, John. Garden Restoration Past and Present. In: *Garden History: the Journal of the Garden History Society*, v.23, nº1, p.1-9. Londres: The Garden History Society, 1995. Disponível: www.jstor.org/stable/1587009. Acesso: 09.jun.2014.

SALES, John. The Philosophy and Practice of Garden Preservation. *In: Bulletin of the Association for Preservation Technology*, v. 17, nº 3/4, p.61-64. Londres: ATP, 1985. Disponível: www.jstor.org/stable/1494101. Acesso: 09.jun.2014.

SALES, John. The Conservation and Management of Historic Flower Gardens of the Twentieth Century. *In: Garden History*, vol. 37, no. 2, p.218-225. Londres: The Garden History Society, 2009. Disponível: www.jstor.org/stable/27821597. Acesso: 09.jun.2014